



## ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA QUARTA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 30.05.2016

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e trinta minutos, no Auditório da AMUNESC, Rua Max Colin, 1843, América, realizou-se a ducentésima sexagésima quarta Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS), procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, passou a leitura da Pauta do dia: **1 - EXPEDIENTES:** Apresentação e aprovação da pauta do dia – 5'; **1.2** Comunicados e Informes da Secretaria-Executiva – 10'; **2 - ORDEM DO DIA: 2.1** Informe sobre a Dengue/Influenza - Nicoli Janaína dos Anjos/Aline Costa da Silva – 5'; **2.2** Apresentação e aprovação dos Pareceres das Comissões Permanentes do Conselho Municipal de Saúde (CAI e CIST) – coordenadores – 20'; **2.3** Previsão Orçamentária 2017/LOA – 30'; **2.4** Apresentação da prestação de contas referente ao 1º quadrimestre de 2016 da Secretaria Municipal de Saúde e da Revisão da Programação Anual de Saúde 2017 – Gerência Administrativa/Direção Executiva / Secretaria Municipal de Saúde – 50'. A Presidente solicitou exclusão do item 2.2 da Pauta. **A Pauta e a exclusão de Pauta foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** A secretária executiva, senhora Sonia de Oliveira Greipel, lembrou a todos que neste dia expira-se o prazo para que os Conselhos Locais de Saúde (CLS) regularizem sua documentação junto à secretaria-executiva, e que a partir de amanhã serão verificados os CLS que faltam documentos e contatados os respectivos Presidentes. A Presidente propôs que devido ao tempo, fosse efetuada a leitura apenas dos Informes Deliberativos. **A maioria dos conselheiros presentes aprovou a proposta.** Em seguida, o secretário geral da Mesa conselheiro Mario José Bruckheimer, informou que o item 2.1 da Pauta seria contemplado com a apresentação da prestação de contas, e continuou procedendo à leitura dos Informes, conforme segue: 1) Realizada a mudança de local do aparelho televisor do Conselho Municipal de Saúde (CMS), recebido pelo PID (Programa de Inclusão Digital), sendo disponibilizado na recepção da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) para transmissão do Canal Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ); 2) 1º Seminário sobre as Ferramentas Facilitadoras para Inclusão da Pessoa com Deficiência Visual. O encontro será realizado no auditório da Associação Catarinense de Ensino (ACE) nos dias 2 e 3 de Junho, a partir das 18 horas. Maiores informações: [www.ajidevi.com.br](http://www.ajidevi.com.br); 3) Relatório de participação de representantes do CMS e Secretaria Executiva nos eventos: IX Plenária Estadual de Conselhos de Saúde e V Mostra HumanizaSUS nos dias 18 e 19 de Maio em Lages/SC; 4) Participação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) no Programa Saúde e Bem-estar da Rádio UDESC FM (91,9 Mhz). A primeira entrevista, concedida pela coordenadora do serviço, será veiculada no dia 01/06/2016 (quarta-feira) às 13h30, com reprise no dia 04/06/2016 (sábado) às 13h30. Não deixem de prestigiar!; 5) Ofício nº 172/2016/SMS/GAB – Gabinete, indicando representantes da SMS para integrar a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST); 6) Comissões Comunitárias para Acompanhamento de Obras Públicas Municipais: indicação de representantes das obras Aventureiro III, Policlínica Boa Vista e Vila Nova I encaminhado ao gabinete da SMS para publicação do Decreto de Nomeação; 7) Solicitação para que os Conselhos Locais de Saúde (CLS) forneçam seus dados para a Subprefeitura de sua região; 8) Informamos que em atenção ao ofício nº 183/2016/CMS, onde se solicita a intervenção do Conselho Estadual de Saúde (CES) junto ao Governador, referente a falta de repasses por parte do Estado ao Hospital Infantil Dr Jeser Amarante Faria, o assunto entrou em Pauta para discussão na reunião ordinária do CES a se realizar no dia 1º.06.2016; 9) Ofício nº 00368/2016/Gabinete da Secretaria de Estado da Saúde, recebido em 30.05.2016, em resposta ao ofício nº 187/2016/CMS, e informando que em 06.05.2016 foi repassado ao Hospital Infantil Dr Jeser Amarante Faria o valor de R\$ 5.998.000,00, a fim de regularizar a situação financeira e, com isso, os atendimentos eletivos estão sendo retomados



gradualmente e eventuais cancelamentos decorrentes dessa paralisação serão reagendados;

10) Ofício nº 003/2016/CLS Floresta, recebido em 30.05.2016, indicando a senhora **Ana Lúcia dos Santos Baumann Hostin** como representante suplente, em substituição ao conselheiro Amilton Teixeira; 11) Notícia veiculada na mídia, referente a possibilidade de instalação de dois consultórios móveis como forma de amenizar os impactos da reforma do PA Sul (Itaum); 12) 1º Encontro Catarinense de Enfermagem – Desafios Assistenciais: A importância do cuidado centrado no paciente. O encontro será realizado no Centro de Convenções Expoville nos dias 3 e 4 de Junho, com cases e palestras ministrados por convidados de todo o Brasil. Incrições e Programação: [www.donahelena.com.br/encontroenfermagem](http://www.donahelena.com.br/encontroenfermagem); **DELIBERATIVOS** 1) Correspondência eletrônica do Sindicato dos Médicos do Estado Santa Catarina (SIMESC) Joinville, recebida em 10.05.2016, solicitando esclarecimento sobre a situação do Policlínica Boa Vista. **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Externos (CAE) foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes;** 2) Ofício 182/2016/SMS/GAB - Gabinete, recebido em 12.05.2016, com esclarecimentos solicitados sobre o Pronto Atendimento (PA) Sul. **O encaminhamento à CAE foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes;** 3) Ofício nº 044/2016/CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, recebido em 19.05.2016, convidando o CMS a participar da Comissão Intersetorial para Discussão e Elaboração do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. Apresentou-se o conselheiro Eliézer Alves da Costa. **A indicação foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes;** 4) Moção de Repúdio nº 001/2016/CMS, referente às práticas de realização de eventos e cerimoniais pela Prefeitura Municipal de Joinville (PMJ), em que o CMS não é convidado/citado/lembrado; 5) Solicitação do Gabinete da SMS para indicação de representantes do CMS para compor o grupo de trabalho da SMS para modificação dos fluxos existentes nos PAs. Apresentaram-se os conselheiros: Cleia Aparecida Clemente Giosole, Orlando Jacob Schneider, Antonio Coelho, Heloísa Walter de Oliveira. **As indicações foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes;** 6) Ofício nº 202/2016/SMS/GAB, recebido em 25.05.2016, solicitando Pauta para apresentação em assembleia do CMS e aprovação do Conselho, referente à descentralização do recurso para o Fundo Municipal de Joinville a fim de prestar assessoria financeira e jurídica para a equipe do CIES (Centro de Integração de Educação e Saúde). A Presidente realizou a leitura do ofício em questão: *"Prezada Senhora, Considerando a Portaria 1996 de 20.08.2007 que dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; Considerando o valor destinado ao Centro de Integração de Educação e Saúde (CIES) para capacitação da Rede de Atenção à Saúde no ano de 2011, porém devido a entraves, não utilizado, sendo descentralizado anualmente, totalizando hoje R\$ 398.522,03; Considerando a vinculação do CIES à Comissão Intergestores Regional (CIR); Considerando as dificuldades encontradas e levantadas no Plano de Ação Regional de Educação Permanente em Saúde (PAREPS) da Região Nordeste de Santa Catarina, plano este elaborado pelos representantes dos 13 municípios da Região de Saúde Nordeste, juntamente com Gerências Regionais e Instituições Hospitalares, estando entre estas dificuldades elencadas está a burocracia para a liberação da descentralização do recurso para a Região de Saúde Nordeste; a demora nos processos licitatórios, dentre outros, conforme plano em anexo; Considerando que atualmente a Secretária Municipal de Saúde de Joinville, sra Francieli Cristini Schultz, é a Coordenadora da Comissão Intergestora Regional; Vimos por meio deste comunicar a aprovação em reunião e Deliberação 004/CIR/2016 referente a Descentralização do Recurso para o Fundo Municipal de Joinville a fim de prestar assessoria financeira e jurídica para a equipe do CIES, a fim de utilizar tal recurso para as capacitações elencadas pelo CIES via PAREPS para os profissionais de saúde da Região de Saúde Nordeste. Solicitamos a aprovação deste Conselho para que seja feita a transferência do recurso financeiro para o Fundo Municipal e pauta na próxima reunião do Conselho*

Municipal de Saúde para apresentação do Plano de Ação das Capacitações. Sem mais, colocamo-nos à disposição para mais informações. Atenciosamente, Francieli Cristini Schultz Secretária Municipal da Saúde".

105 Conselheiro Antonio Coelho questionou se os outros municípios utilizarão a mesma verba. O Diretor Executivo da SMS, senhor Jean Rodrigues da Silva esclareceu que este recurso será utilizado pelos treze municípios, porém a maior parte será para Joinville, e será direcionado para capacitação de servidores, principalmente para os técnicos das Unidades Básicas, referente a atendimentos de Urgência e Emergência e Saúde

110 Mental, para que os profissionais sejam capacitados em como agir nesses tipos de situações. Acrescentou que este recurso está parado no Estado, e é destinado exclusivamente para isso, sendo que serão feitos todos os trâmites de licitação, processo jurídico e a devida prestação de contas, e que foi solicitado Pauta ao Conselho para que seja apresentado ao Pleno de uma forma mais detalhada. A Presidente propôs a aprovação da solicitação, condicionado a que seja realizada a apresentação na próxima assembleia do CMS. **A proposta foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes;** 7) Ofício nº

115 041/2016/SMS/GUAB - Gerência da Unidade da Atenção Básica, recebido em 23.05.2016, solicitando validação do Conselho para substituição de alguns itens cadastrados na Proposta para aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as Unidades Básicas de

120 Saúde por outros de mesma categoria. **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos (CAI) foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes;** 8) Ofício nº 019/2016/SMS/GUAB/NAAB – Núcleo de Apoio a Atenção Básica, recebido em 30.05.2016, solicitando a indicação de representantes do CMS para compor a Comissão de Apoio a Efetivação do PMAQ (Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica).

125 Senhor Jean lembrou aos conselheiros que é constantemente cobrado o fortalecimento da Atenção Básica (AB), e destacou a importância desta comissão onde se discutem estratégias e melhorias para o setor. Apresentaram-se os conselheiros Eliezer Alves da Costa, Orlando Jacob Schneider, Sérgio Duprat e Cleia Aparecida Clemente Giosole. **As indicações foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes;** 9) Informamos a necessidade de

130 recomposição das seguintes Comissões: - **Comissão de Capacitação:** um representante dos demais segmentos (governo, profissionais de saúde ou prestadores de serviço). Não apresentaram-se interessados; - **Comissão de Acompanhamento do Convênio firmado entre Secretaria Municipal de Saúde e Instituição Bethesda:** representante suplente. Não apresentaram-se interessados. A Presidente anunciou que no mesmo horário da assembleia

135 do CMS estava sendo realizada uma Audiência Pública para discussão da situação do Hospital Infantil Dr Jeser Amarante Faria, e solicitou aos conselheiros aprovação para que ela se ausente para participação na mesma. **A maioria dos conselheiros presentes aprovou a participação da Presidente na Audiência Pública.** Assim, a Presidente despediu-se dos presentes e passou a Presidência ao Vice-Presidente do CMS, conselheiro Orlando Jacob Schneider. O secretário da Mesa, conselheiro Mário, realizou a leitura de um ofício a ser encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde, solicitando esclarecimentos sobre

140 posicionamento do Conselho Estadual de Saúde referente suspensão das cirurgias eletivas em Santa Catarina, conforme segue: "*Senhor Presidente, Considerando que o Conselho Municipal de Saúde é órgão de caráter permanente, com funções deliberativas, normativas, fiscalizadoras e de formulação estratégica, atuando no acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Saúde, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, amparado pela Lei 5.290/2005; Considerando a Lei nº 8.142/1990 que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do sistema Único de Saúde; Considerando a Lei nº 141/2012, que dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela*

145 *União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde e que o Artigo 19 garante que "O rateio dos Recursos dos Estados transferidos aos municípios para ações e serviços públicos de saúde será realizado segundo o critério de necessidades de saúde da população e levará em consideração as dimensões epidemiológicas, demográficas,*

150

155 socioeconômicas e espacial e a capacidade de oferta de ações e de serviços de saúde,  
observada a necessidade de reduzir as desigualdades regionais...”. ...”Os planos Estaduais  
de saúde deverão explicitar a metodologia de alocação dos recursos estaduais e a previsão  
160 anual de recursos aos municípios, pactuadas pelos gestores estaduais e municipais, em  
Comissão Intergetores Bipartite e aprovadas pelo Conselho estadual de Saúde”;  
Considerando matéria veiculada na mídia referente ao fato de que o Governo do Estado de  
Santa Catarina e Municípios Catarinenses irão suspender a partir de primeiro de junho de  
2016 a marcação de procedimentos do chamado “mutirão de cirurgias eletivas” do programa  
adotado há 04 anos no Estado, decisão esta tomada em reunião deliberativa da CIB com  
representantes da Secretaria Estadual de Saúde e Secretarias Municipais de Saúde;  
165 Considerando que o Conselho Municipal de Saúde está consciente da crise econômica atual  
pela qual vem passando o país e conseqüentemente os municípios brasileiros, principalmente  
frente aos repasses dos recursos financeiros por parte do Ministério da Saúde; O Conselho  
Municipal de Saúde solicita esclarecimentos sobre a suspensão do mutirão de cirurgias  
eletivas e o posicionamento do Conselho Estadual de Saúde quanto a este assunto, uma vez  
170 que a população não pode ser prejudicada, considerando ainda que esta atitude poderá  
incorrer no agravo das demandas judiciais. Reiteramos nossos votos de estima e  
consideração, e nos colocamos à disposição para o que se fizer necessário.” **2.2** Senhor  
Fabrício da Rosa, gerente da Unidade Administrativa e Financeira (GUAF), cumprimentou a  
todos, e esclareceu que em reunião com a Prefeitura, foi solicitado que as secretarias  
apresentassem a proposta orçamentária para o próximo ano com antecedência, para que haja  
175 tempo hábil de se fazer audiências públicas e para aprovação da Lei, a fim de se evitar a  
judicialização do orçamento, a exemplo do acontecido neste ano. Assim, passou a apresentar  
a Previsão orçamentária 2017 (LOA), conforme anexo I desta ata. **Manifestações:** o  
conselheiro Gentil Coradelli expressou que o orçamento ainda está aquém das necessidades  
do município, considerando o exponencial aumento da população, além do aumento das  
180 doenças. Senhor Fabrício concordou que Joinville precisaria de mais, porém, disse que existe  
um problema com os repasses da União e principalmente do Estado. Expôs que a previsão de  
receita total da Prefeitura para o próximo ano é de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de  
Reais), e o recurso oriundo do município é garantido que a Saúde vai receber. Senhor Jean  
comentou que neste momento seria irresponsabilidade fazer um orçamento mais ousado,  
185 devido à possibilidade de troca de gestão para o próximo ano. Acrescentou que foi feito um  
estudo do orçamento dos últimos três anos, e feito um ajuste de acordo com os gastos de  
cada setor. Conselheiro Antônio Coelho opinou que não se deveria diminuir a previsão de  
receita recebida pelo Estado, pois é necessário que se cobre esse repasse. Também  
registrou sua indignação com a falta de recursos para a Atenção Básica (AB) em detrimento  
190 aos Prontos Atendimentos e média e alta complexidade, que ainda levam uma boa fatia do  
orçamento, justificando que maior atenção na prevenção, resultaria em menos gasto em  
urgência e emergência. Senhor Fabrício explicou que é sabido a crise financeira pela qual o  
Estado está passando, e que se for previsto uma receita maior do que a recebida de fato,  
pode faltar o recurso para os pagamentos no próximo ano, porém, se o recurso exceder o  
195 previsto, não há problema, pois pode ser feita uma suplementação orçamentária. Conselheiro  
Antonio perguntou se é possível alterar este orçamento ao longo do ano. Senhor Fabrício  
respondeu que sim. Conselheira Liliana Piscki Maes expressou que o governador do Estado  
deu uma entrevista pública anunciando que há previsão de aumento na receita do Estado  
para o próximo ano, portanto, deveria se manter a previsão de repasse do Estado, e  
200 pressionar para se garantir esse recebimento. Também disse que estranhou o valor citado de  
recurso para o CEREST (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador) no ano de dois mil  
e quinze como tendo sido de R\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil Reais), pois o que a  
CIST (Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador) tem conhecimento é de que o recurso  
do CEREST é mesmo de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil Reais), conforme o que foi

205 previsto para o próximo ano. Senhor Fabrício concordou que pode haver uma pressão social  
para cobrança de repasses do Estado, porém, justificou que no caso da Lei Orçamentária não  
é possível fazer uma previsão muito acima do que se espera receber, até porque existe a Lei  
de Responsabilidade Fiscal. E referente ao CEREST, afirmou que o valor apresentado foi o  
210 que estava na previsão para o ano passado. O Presidente em exercício solicitou o  
encaminhamento à CAI. **O encaminhamento foi aprovado pela maioria dos conselheiros  
presentes.** 2.3 Senhor Fabrício passou a apresentar a prestação de contas financeira da  
Secretaria Municipal de Saúde (SMS) referente ao primeiro quadrimestre de dois mil e  
dezesesseis, seguido do senhor Mario, conforme anexo II desta ata. **Manifestações:**  
215 conselheiro Osmar Lopes expressou que a consulta de retorno não deveria ser contabilizada  
como consulta. A conselheira local de saúde Suzana Staats questionou o fortalecimento da  
AB em especial na área da saúde bucal, sendo que faltam até mesmo materiais básicos para  
o trabalho dos profissionais e se existe algum planejamento para o próximo ano no sentido de  
se fortalecer a AB. Conselheiro Antônio falou que é necessário dar atenção ao percentual de  
220 consultas da urgência e emergência, que em proporção estão em maior número do que as da  
AB e questionou sobre o índice da mortalidade infantil. Senhora Aline Costa, coordenadora da  
Vigilância Epidemiológica informou que esse indicador é monitorado, mas devido ao tempo  
limitado e por existirem mais de cem indicadores que são monitorados, apenas alguns são  
escolhidos para a apresentação. Informou ainda que existe um Comitê que investiga óbitos  
fetais, neonatais e maternos, responsável por investigar esses óbitos num prazo de cento e  
225 vinte e dias, sendo que atualmente existem trinta e sete casos sob investigação, e que na  
próxima prestação de contas esses números poderão ser apresentados. O conselheiro local  
de saúde Irineu citou o baixo número de visitas dos agentes comunitários, mencionando que  
há muitos desses profissionais afastados além de alguns casos de desvio de função, e fez um  
contraponto de que é função das coordenações procurar meios para se melhorar os números  
230 dessas visitas. Finalizou dizendo que as chefias deveriam receber um treinamento neste  
sentido. Jean respondeu que tanto na AB como nos Pas há sempre dez vagas para  
consultas, independente se é retorno ou primeira consulta. Comentou que é um trabalho que  
a gestão pretende fazer, de que o médico precisa atender a demanda necessária, no caso  
dos Pas, e no caso da AB, é difícil fixar um limite de pacientes, pois não há como prever  
235 quanto tempo de consulta será necessário para cada paciente. Quanto à melhora na  
cobertura, expôs a situação da falta de recurso como um empecilho, pois não é possível  
realizar novas contratações, mas disse que há uma equipe tentando achar estratégias de  
implementar melhoras. Quanto à falta de materiais odontológicos, pontuou que no início do  
ano foi necessário optar entre a compra de medicamentos ou de materiais odontológicos, e  
240 que a opção tomada foi a compra de medicamentos, mas agora a situação está normalizada e  
informou que o material chegou hoje no depósito da SMS sendo que em breve deve estar  
sendo entregue nas Unidades. Considerou que o maior desafio posto na AB hoje, seria o  
acolhimento baseado na classificação de risco, *“nós vamos fazer o exercício enquanto  
gestão, possibilitar o atendimento, não quer dizer que todo mundo que bater na Unidade vai  
245 ter atendimento médico, como tem pouco, tem que priorizar quem precisa primeiro”*, declarou.  
Completo dizendo que o objetivo é acabar com as “filas da madrugada”. Falou também dos  
exames de alta e média complexidade, que serão fornecidos apenas para quem realmente  
tem necessidade, citando que muitas vezes expira a validade do exame de quem vai fazer  
cirurgia, assim, se houver oferta de por exemplo, cem cirurgias, serão realizados cem exames  
250 e fornecidas cem doses de anestesia, a fim de um melhor uso dos recursos públicos.  
Anunciou a contratação de cinquenta e um médicos, em sua maioria para a AB e alguns para  
os Pas, pois alguns médicos que atendiam nos Pas eram médicos da AB em hora plantão,  
que muitas vezes acabavam não desempenhando bem seu papel devido ao cansaço, mas  
com essas novas contratações, pretende-se que os médicos da AB atendam apenas na AB e  
255 os médicos dos Pas atendam nos Pas. Senhora Marlene Bonow de Oliveira, coordenadora do



Núcleo de Apoio à Rede de Atenção à Saúde (NARAS), propôs uma reflexão em relação à saúde bucal, citando que os três Pronto Atendimentos do município possuem atendimento em odontologia, porém, nesta área falta cobertura na AB. “Porquê é que não se tira o dentista do PA e põe na Atenção Básica para aumentar a cobertura?” perguntou. “Quando a gente fala em fortalecer a Atenção Básica é preciso ter coragem e tomar algumas atitudes, e enfrentar algumas coisas que são difíceis”, completou. Falou também da importância da prevenção, agindo na escovação, papel esse que é da AB. Conselheiro Rodrigo Sandri Ávila expressou que em muitas comunidades a prática é de se procurar o dentista apenas quando existe a dor, sendo portanto muito importante o fortalecimento na AB, sem porém, deixar a população desassistida no PA. **O encaminhamento da prestação de contas à CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Joinville em exercício, conselheiro Orlando Jacob Schneider, deu por encerrada a ducentésima sexagésima quarta assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e trinta e cinco minutos, da qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada. Estiveram presentes os conselheiros: **Mário José Bruckheimer, Alice Regina Strehl Torres, Marina Gonçalves Mendonça, Mayella Soares, Hilário Dalmann, Sirlei Margarida Mascarin, Heloísa Walter de Oliveira, Mauren da Silva Salin, Paulo Rafael Losak Ferreira, Aline Teixeira Macedo, Jeovane Nascimento do Rosário, Marlene Serafim, Elisa Ana Garcia, Alexandra Marlene Hansen, Carlos Augusto Fischer, Rodrigo Sandri Ávila, Ricardo Rzatki Nunes, Zelma Reichert Maria, Liliana Piscki Maes, Lisandra Carpes da Silveira, Cleia Aparecida Clemente Giosole, Antonio Coelho, Analucia Ferreira Pinto Olah, Heloisa Bade, Fátima Jorge Baeza, Gentil Coradelli, Sérgio Duprat, Zenir Videte Werlich, Carmen Dalfovo Kohler, Marli Fleith Sacavem, Ralf Gnich, Arlindo Pedro Lessenko, Orlando Jacob Schneider, Osmar Lopes, Gilberto Capistrano, Eliezer Alves da Costa, Alaíde Correa André, Eraldo José Hostin Junior,** quatro representantes de Conselhos Locais de Saúde, representantes da Secretaria Municipal de Saúde, da Vigilância em Saúde, do CEREST, da Pastoral da Criança, do SOIS e do SAMU.